

UHE São Simão Energia S.A.
CNPJ 27.352.303/0001-20

Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2017

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações Contábeis

UHE São Simão Energia S.A.
CNPJ 27.352.303/0001-20

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanco patrimonial.....	5
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração do fluxo de caixa.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Notas Explicativas.....	10



Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte – 7º Andar
São Paulo, Brasil
04543-900

Office: +55 11 2573-3000
Website: <http://www.ey.com>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
UHE São Simão Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de abril de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Marcos Antonio Quintanilha', written over a horizontal line.

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ 27.352.303/0001-20

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota	2017	Passivo	Nota	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	69.918	Impostos a recolher		11.433
Impostos a recuperar		5.707	Empréstimos e financiamentos	8	4.368.028
Despesas antecipadas		351	Instrumentos financeiros derivativos	8	30.710
Ativo financeiros - a receber	5	755.941	Fornecedores		1.044
Total ativo circulante		831.917	Dividendos propostos	10	11.456
Não circulante			Total passivo circulante		4.422.671
Ativo financeiros – a receber	5	4.616.245	Não circulante		
Imobilizado		69	Impostos diferidos	9	19.206
Intangível	7	1.931.512	Total passivo não circulante		19.206
Total ativo não circulante		6.547.826	Patrimônio líquido		
			Capital social	10	2.912.000
			Reserva de lucros		25.866
			Total patrimônio líquido		2.937.866
Total dos ativos		7.379.743	Total dos passivos e patrimônio líquido		7.379.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.
CNPJ 27.352.303/0001-20

Demonstração do resultado

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	11	112.173
Lucro bruto		112.173
Despesas operacionais:		
Serviços profissionais	12	(4.927)
Depreciação e amortização	12	(3)
Administrativas e gerais	12	(96)
Lucro antes do resultado financeiro		107.147
Despesas financeiras		
Despesas financeiras	13	(33.197)
Receitas financeiras	13	402
Variação monetária/cambial líquida	13	(1.292)
Resultado financeiro, líquido		(34.087)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		73.060
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	14	(24.824)
Lucro líquido do exercício		48.236
Lucro por ação		
Quantidade de ações no final do exercício		2.912.000
Básico		0,0166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.
CNPJ 27.352.303/0001-20

Demonstração do resultado abrangente
Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	48.236
Outros resultados abrangentes	
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado	
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa:	
Perdas originadas no exercício	(16.533)
Imposto de renda e contribuição social	5.619
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>10.914</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.
CNPJ 27.352.303/0001-20

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital em 21/3/2017		2.912.000	-	-	-	-	2.912.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	48.236	48.236
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa		-	-	(10.914)	-	-	(10.914)
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva legal	10	-	2.412	-	-	(2.412)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	10	-	-	-	-	(11.456)	(11.456)
Destinação para reserva de lucros	10	-	-	-	34.368	(34.368)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>2.912.000</u>	<u>2.412</u>	<u>(10.914)</u>	<u>34.368</u>	<u>-</u>	<u>2.937.866</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.
CNPJ 27.352.303/0001-20

Demonstração do fluxo de caixa
Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	48.236
Ajustes por:	
Depreciação e amortização	3
Atualização do ativo financeiro	(123.606)
Despesa de juros de empréstimos e derivativos	32.892
Varição cambial, líquida	1.292
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.824
	<u>(16.359)</u>
Variações nos ativos e passivos	
Ativos financeiros – a receber	(5.248.580)
Impostos a recuperar	(5.707)
Despesas antecipadas	(351)
Fornecedores	1.044
Impostos a pagar	11.434
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(5.242.160)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo intangível	(1.931.513)
Aquisição de ativo imobilizado	(71)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(1.931.584)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital social	2.912.000
Empréstimos recebidos de terceiros	4.348.021
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>7.260.021</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>69.918</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	-
No fim do exercício	69.918
	<u><u>69.918</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

Contrato de concessão

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL realizou o Leilão de Concessões, onde a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina São Simão, e foi, conseqüente alocada no regime cotas de suas garantias físicas de energia e de potência. A Companhia assinou o Contrato de Concessão para prestação do serviço de geração de energia elétrica nº 001/2017 em 10 de novembro de 2017., que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos.

A capacidade instalada da Usina é de 1710 MWm, sendo a energia assegurada de 1202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializado 1202 MWm nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWn em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN; b) 306,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre – ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 28 de março de 2018, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio (vide nota explicativa nº 3.12. Sobre as políticas de hedge).

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

2.3 Base de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Ativos da concessão

A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção – O&M, para custear os custos de operação da usina; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

3.2.1 Ativo financeiro

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado “regime de quotas”, foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente, a título de remuneração pelo valor de outorga paga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público.

O ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas, e posteriormente mantidas a valor justo por meio do resultado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de geração de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho. A classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

3.2.2 Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), através do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são registrados ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.5 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.7 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto prazo e ativo financeiro da concessão.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

c) Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e mensuração.

A Companhia reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

d) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

e) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A nota explicativa nº 14 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.

Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Reserva de hedge de fluxo de caixa". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica "Outros ganhos e perdas" no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.9 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

- *Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017:*

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10/2016 – Aprovado em 4 de agosto de 2016 e divulgado em 22 de dezembro de 2016: Representou alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 03 (R2) e CPC 32.

A vigência dos pronunciamentos acima não trouxeram impactos relevantes para a Companhia.

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia pretende adotá-las na data em que entrarem em vigor:

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. Introduce novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") e contabilidade de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A companhia realizou uma avaliação com base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas em 2018. A Companhia não estima impactos significativos com a adoção desta norma.

- CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: A IFRS 15 estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas, composto por cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avaliou os cinco passos para o reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15 e pretende adotar a norma na ata em que entrar em vigor. A Companhia concluiu que a adoção desta norma não trará impactos materiais para suas demonstrações financeiras.

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil: A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo.

A Companhia concluiu que a adoção desse novo pronunciamento não trará impactos sobre suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>69.918</u>
	<u>69.918</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média de 75% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Ativo Financeiro - Contas a receber

Em 10 de novembro de 2017, a Companhia firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Na assinatura do contrato, a Companhia optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorrerá no dia 10 de maio de 2018, quando assumirá a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passará a vigorar.

A energia a ser produzida, conforme capacidade da usina será destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a Companhia fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 235.532 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 796.629 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção – O&M e os investimentos de melhorias durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão. Os valores da RAG previstos no contrato de concessão, serão atualizados anualmente pelo índice do IPCA.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o período de operação assistida a Companhia receberá 100% da parcela da RBO, e após esta data passará a receber a parcela da GAG e 70% da RBO conforme previsto no contrato de concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

Com base nesse entendimento, a Companhia aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (*relative fair value*), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa durante o período de concessão, foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 12,54% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2017	-
Bonificação pela outorga	5.248.580
Juros	30.352
Variação monetária	93.254
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.372.186
Ativo circulante	755.941
Ativo não circulante	4.616.245

6. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não houve pagamento aos administradores da Companhia durante o exercício de 2017.

7. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Concessão (i)	Licenças de software	Total
<u>Custo:</u>			
Em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Adições	1.931.421	93	1.931.514
Em 31 de dezembro de 2017	1.931.421	93	1.931.514
<u>Amortização:</u>			
Em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Adições	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2017	-	2	2
Total em 31 de dezembro de 2017	1.931.421	91	1.931.512

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O saldo do ativo intangível refere-se a parcela do fluxo de caixa esperado pelo pagamento da outorga, cuja recuperação está condicionada à venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL). A Companhia aplicou o modelo bifurcado, que melhor reflete seu modelo de negócio (vide Nota Explicativa 5)

O valor do ativo intangível da concessão será amortizado a partir do final da operação assistida na data de 10 de maio de 2018 pelo prazo de 30 anos estabelecido no contrato de concessão.

8. Empréstimos e financiamentos

Composição da dívida líquida	2017		Total
	Empréstimo	Instrumentos financeiros derivativos	
Moeda nacional			
BNP Paribas (i)	1.510.767	-	1.510.767
	1.510.767	-	1.510.767
Moeda estrangeira			
JPMorgan Chase Bank (ii)	2.857.261	-	2.857.261
Bank of America Merrill Lynch (iii)	-	15.139	15.139
Itau Unibanco S.A. (iii)	-	1.106	1.106
Banco JP Morgan S.A. (iii)	-	2.893	2.893
Banco JP Morgan S.A. (iii)	-	11.572	11.572
	2.857.261	30.710	2.887.971
Total Circulante	4.368.028	30.710	4.398.738

(a) Captações de recursos no exercício

(i) A Companhia contratou uma dívida no montante total de:R\$ 1.500.000 junto ao BNP Paribas ao custo de 7,60% a.a. (empréstimo-ponte), com vencimento em 23 de novembro de 2018).

(ii) Contratação de empréstmos em moeda estrangeira (USD) no montante de R\$ 2.848.020 junto ao JPMorgan Chase Bank com custo de 0,7% a.a. + Libor, com pagamento de juros trimestrais e vencimento final em 22 de novembro de 2018.

(iii) Contratação de 04 Swaps, totalizando R\$ 2.848.020 com pagamentos trimestrais ao custo de Libor 03 meses + 0,7% a.a. (JP Morgan Chase e Bank of América Merrill Lynch), sendo o swap do Banco Itau, ao custo de Libor 03 meses +0,8236% e vencimento final em 23 de novembro de 2018 para JP Morgan Chase, Bank of América Merrill Lynch e 21 de novembro de 2018 para o Banco Itaú.

Todas as contratações obedecem ao Contrato Geral de Derivativos com desembolsos em 01 ano até que os contratos sejam aditados ou haja o *take out* da dívida.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017

Bancos	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso - R\$	Valor do ingresso - US\$	Pagamento de juros	Taxa contratual
BNP	27/11/17	23/11/18	1.500.000	-	Trimestral	7,60% a.a.
JP Morgan	27/11/17	21/11/18	2.848.020	861.340	Trimestral	0,7% a.a. + Libor 03 m
Itau (Swap)	21/11/17	21/11/18	99.195	30.000	Trimestral	Libor 03 m + 0,8236% a.a.
JP Morgan (Swap)	21/11/17	23/11/18	285.245	86.268	Trimestral	Libor 03 m + 0,7% aa
JP Morgan (Swap)	21/11/17	23/11/18	1.140.980	345.072	Trimestral	Libor 03 m + 0,7% aa
BALM (Swap)	21/11/17	23/11/18	1.322.600	400.000	Trimestral	Libor 03 m + 0,7% aa

As garantias para obtenção dos referidos empréstimos foram concedidas pela Matriz.

(c) Condições restritivas (*covenants*)

Os empréstimos obtidos não contêm cláusulas restritivas quantitativas ou qualitativas.

9. Impostos diferidos

Com base na estimativa de geração de bases tributáveis futuras a Companhia prevê recuperar os créditos tributários no próximo exercício.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A composição dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

	2017
IRPJ	14.119
CSLL	5.087
Total	19.206

Os saldos do IRPJ e CSLL diferidos são referente a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. A composição dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balço	Resultado
Tributos diferidos ativos:		
Marcação a mercado das operaões de Swap (outros resultados abrangentes)	5.618	-
Ajuste das operaões de swap pela curva	4.825	4.825
Outras provisões	156	156
Varição cambial não realizada	439	439
Prejuízo fiscal / Base de cálculo negativa	11.782	11.782
Total dos tributos diferidos ativos	22.820	17.202
Tributos diferidos passivos:		
Atualização do ativo financeiro da concessão (i)	(42.026)	(42.026)
Total dos tributos diferidos passivos	(42.026)	(42.026)
Passivo fiscal diferido, líquido	(19.206)	(24.824)

(i) Atualização monetária do ativo financeiro da concessão pela aplicação que será tributado à medida do seu efetivo recebimento.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.912.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Constituição de reserva legal

	2017
Lucro líquido do exercício	48.236
(-) Reserva legal (5%)	(2.412)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	45.824
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	11.456
Reserva de lucros	34.368

Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumulados resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa", serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável. Em 31/12/2017, a perda acumulada montava em R\$ 10.914, líquido dos efeitos tributários.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	2017
Receita de juros e variação monetária	123.606
(-) COFINS	(2.039)
(-) PIS	(9.394)
	<u>112.173</u>

12. Despesas operacionais – Serviços profissionais

	2017
Assessoria	4.409
Auditoria, consultoria e contabilidade	518
	<u>4.927</u>

13. Resultado financeiro

	2017
Receita financeira	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	402
	402
Despesa financeira	
Despesa de juros sobre empréstimos	(18.715)
Despesa com operações de swap	(14.177)
Outras	(305)
	<u>(33.197)</u>
Variação cambial, líquida	(1.292)
Resultado financeiro, líquido	<u>(34.087)</u>

14. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2017	2017
	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	73.060	73.060
Base de cálculo	73.060	73.060
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	<u>18.249</u>	<u>6.575</u>
Corrente	-	-
Diferido	18.249	6.575
Alíquota efetiva	25%	9%

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. A Companhia contratou uma operação de Swap para eliminar as flutuações na taxa de juros pós-fixada (Libor) e na variação cambial da moeda estrangeira (US Dólar).

c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia.

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	Saldo em 31/12/2017	Até 3 meses	3 meses a 1 ano
Empréstimos e financiamentos	4.368.028	-	4.368.028
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	30.710		30.710
Fornecedores	1.044	1.044	-
	4.339.782	1.044	4.398.738

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2017		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	
Caixa e equivalentes de caixa	69.918	69.918	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros a receber	5.372.186	5.372.186	Valor justo por meio de resultado
Financiamentos e empréstimos	4.398.738	4.398.738	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	30.710	30.710	Valor justo por meio do resultado
Fornecedores	1.044	1.044	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados à taxa Libor.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio e da Libor são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira no fim do período de relatório montam em R\$ 2.857.261.

De acordo com os contratos de *swap* de moeda e taxa de juros, A Companhia concorda em trocar a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do valor nominal acordado.

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda e nas taxas de juros sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa. O valor justo dos *swaps* de moeda e taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato, e está demonstrado a seguir.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda e taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

UHE São Simão Energia S.A.

Notas Explicativas

Período de 9 meses e 10 dias findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge de Fluxo de caixa

Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional	Valor justo
Vencimento em menos de um ano	Juros 7% + Libor 03 m, ao ano	7,4% ao ano	2.848.021	30.710

16. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém seguros para D&O para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, cujo prêmio não amortizado monta em de R\$ 52, com vigência de 08/11/2017 a 07/11/2018, com cobertura total de R\$ 30.000 e responsabilidade civil, cujo prêmio não amortizado monta em R\$ 299 com vigência de 08/12/2017 a 07/12/2018, com cobertura total de R\$ 15.000.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Mauricio Aquino
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9